



AUDIÊNCIA COBRA DESFECHO PARA OBRAS DA BR-101 SUL

Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina prevê que trabalhos não serão concluídos antes de 2015



JONAS LEMOS CAMPOS

Parlamentares estaduais e federais, secretários de Estado e representantes da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), Ministério Público, entidades de classe e de organizações empresariais participaram da audiência pública promovida pela Comissão de Transportes e Desenvolvimento, que tratou da morosidade nas obras da BR-101 Sul. A reunião tratou também da indefinição quanto ao projeto de duplicação da BR-470 e da construção do rodoanel da Grande Florianópolis.

Entre os encaminhamentos firmados, está a realização de uma nova reunião em Brasília, no dia 12 de abril, que incluirá audiência no Ministério dos Transportes.

No encontro, a Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (Fiesc) apresentou um estudo mostrando as obras de duplicação da BR-101, já várias vezes postergadas, e lançou também a projeção de que os trabalhos não devem estar concluídas antes de 2015.

Parlamentares e secretários acompanham audiência no Plenário Osni Régis, que traçou um diagnóstico das obras no trecho sul da BR-101

PÁGINAS 4 e 5

RESPONSABILIDADE SOCIAL EM DESTAQUE



CARLOS KILIAN

Representantes de nove instituições parceiras lançam Certificação e Troféu para premiar ações sociais

PÁGINA 6

PEDIATRIA DE ALTA COMPLEXIDADE



FÁBIO QUEIROZ

Comissão de Saúde debate a descentralização do tratamento infantil na região Sul

PÁGINA 6



ENSINO PROFISSIONALIZANTE

O conhecimento e o trabalho são os pilares que garantem o crescimento profissional das pessoas. O célebre educador brasileiro Paulo Freire sintetizou em poucas palavras esta questão: "A teoria sem a prática é puro verbalismo inoperante, a prática sem a teoria é um atavismo cego". O Brasil, que almeja um lugar entre as grandes nações, precisa encontrar um jeito eficiente de educar seus jovens para garantir vaga no pódio.

Nosso País nunca deu prioridade à educação. Quando nos libertamos de Portugal, nem a elite dirigente tinha instrução básica que permitisse colocar em andamento, com o mínimo de funcionalidade, a máquina do Estado. O ensino para todos os setores da população só começou a ser colocado em prática a partir de meados do século XX. Ele se implantou em duas fases. A primeira, quando o Estado assumiu

o compromisso de oferecer ensino público e gratuito à população e, depois, com a ampliação do ensino médio para todas as camadas da população.

Agora podemos pensar na terceira fase com a introdução do ensino profissionalizantes para todos os alunos do segundo grau. É preciso fazer com que o estudante conclua o ensino médio com uma profissão que o capacite a enfrentar o mercado de trabalho. Para isso é necessário implantar o ensino integrado, ou seja, que a grade curricular do ensino médio contenha matéria e laboratórios que permitam a formação profissional. Também é preciso que alunos de baixa renda tenham acesso às escolas técnicas particulares através de um fundo destinado a oferecer bolsas de estudo.

**DEPUTADO DARCI MATOS
(DEM)**



DIÁLOGO DA MINIRREFORMA

As análises das proposições que tramitam na Comissão de Constituição e Justiça sempre foram criteriosas e seus debates conduzidos de forma democrática e aberta ao diálogo. Nosso trabalho não poderia ser diferente para o estudo de uma proposta tão importante como é o Projeto de Lei Complementar 8/2011, que trata de ajustes da organização administrativa do Estado.

Com a finalidade de otimizar a atuação estatal, o texto encaminhado pelo Executivo propõe alterações em setores importantes, como é o caso do fortalecimento da segurança pública. É importante destacar também a modernização dos serviços nas áreas de tecnologia da informação e governança eletrônica, investindo desta forma na transparência dos atos da administração e no relacionamento entre o governo e a sociedade.

A disponibilidade do Executivo Estadual em dialogar com a Assem-

bleia Legislativa durante o processo de análise da proposta deve ser reconhecida. Convidados a participar de reunião simultânea das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Trabalho e Serviço Público, os secretários de Estado da Articulação, da Fazenda e da Administração detalharam a proposta e esclareceram dúvidas dos parlamentares. Em questões pontuais, levantadas pelos parlamentares, o Governo foi sensível e concordou em encaminhar as alterações sugeridas.

O processo de apreciação da matéria destacada neste artigo está em fase de conclusão, mas a atuação da CCJ continuará, para todas as proposições discutidas no Parlamento Estadual, guiada pelo debate democrático e o fortalecimento do diálogo.

**DEPUTADO ROMILDO TITON
(PMDB)**

19ª FESTA DO MILHO VERDE

A Assembleia Legislativa recebeu dia 29 o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santo Amaro da Imperatriz, Ricardo Rachadel, que acompanhado da rainha e princesas da Festa do Milho Verde convidou os parlamentares e a sociedade catarinense a participar da 19ª edição do evento, que acontece de 8 a 10 de abril, no parque de exposições Prefeito Orlando Becker.

De caráter popular, a festa é uma vitrine para expor o trabalho dos agricultores, reunindo desde o artesanato, feito à base do milho, até a rica gastronomia. Com a maior produção de milho verde

in natura do Estado, o município chega a 35 milhões de espigas ao ano, abastecendo os litorais de Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul.

Durante o evento, os visitantes poderão apreciar mais de 30 pratos típicos à base de milho verde, dos mais variados e inusitados. Além da pamonha gigante, haverá estrogonofe, pudim, risoto, pastel, bolo, suco, maionese, polenta, sorvete, entre outros pratos. Toda a renda da bilheteria é destinada à educação, saúde e assistência social dos agricultores associados ao sindicato, que hoje atende 350 famílias, totalizando 1200 pessoas.

AGENDA DA SEMANA

Dia 5, 19 horas – Lançamento do livro "Almanaque do Futebol Catarinense", de Emerson Gasperin e Zé Dassilva
Local: Hall

Dia 6, 9 horas – Comissão de Saúde - Audiência pública "Os serviços de saúde nos municípios da Grande Florianópolis e no Hospital Regional Homero de Miranda Gomes"
Local: Plenário Osni Régis

Dia 6, 19 horas – Lançamento do livro "Memórias de um Joaquinense", de Joaquim Anacleto Rodrigues Neto
Local: Hall

Dia 7, 14 horas – Comissão de Pesca e Aquicultura - Audiência pública "Quem são e quais os direitos dos atingidos por barragens"
Local: Cerro Negro

Dia 7, 14 horas – Comissão de Economia - Audiência pública "O andamento da construção da Arena Multiuso de Florianópolis"
Local: Plenário Osni Régis

Mesa



Presidente: Gelson Merisio (DEM)
1º Vice-Presidente: Moacir Sopelsa (PMDB)
2º Vice-Presidente: Nilson Gonçalves (PSDB)
1º Secretário: Jailson Lima (PT)
2º Secretário: Reno Caramori (PP)
3º Secretário: Antônio Aguiar (PMDB)
4ª Secretária: Ana Paula Lima (PT)

Assembleia na internet: <http://www.alesc.sc.gov.br>
Tiragem: 8 mil exemplares
Impressão: Diário Catarinense/Distribuição Gratuita

Diretoria de Comunicação Social



Diretora de Comunicação Social: Lúcia Helena Vieira
Coordenadora de Imprensa: Tayana Cardoso de Oliveira
Edição: Cleia Maria Braganholo e Sandra Annuseck
Diagramação e Artes: Lucas Gabriel Diniz, Tiago Fontão Alexandre (estagiário) e Victor Carvalho Barbato (estagiário)

Órgão informativo semanal do Poder Legislativo de Santa Catarina
Rua Jorge Luz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC

CRÍTICAS E SUGESTÕES
Fone: (48) 3221-2750 - Fax: (48) 3223-7021
imprensa@alesc.sc.gov.br

Chefe de Redação: Rubens Vargas

Reportagens: Alexandre José Back, Lisandrea Costa, Rossana Espezin e Tatiani Magalhães

Fotografia: Alberto Neves, Carlos Kilian, Danielle da Silva (estagiária), Eduardo Guedes de Oliveira, Fábio Queiroz, Janine Souza Costa (estagiária), Jéssica Luchi (estagiária), Jonas Lemos Campos, Miriam Zomer e Solon Soares

Relações Institucionais: Edna Schumacker, Fabiana Faria, Jussie Sedrez Chaves, Louisi Muller de Jesus (estagiária) e Patrícia Schneider de Amorim

Clipagem: Janine Souza Costa (estagiária), Lucas Gabriel Diniz e Moacir Cardoso

Expedição: Aionara Preis Gabriel (estagiária), Celso João da Rocha e Simone M. Alves

MUDANÇAS NO PORTAL TRANSPARÊNCIA E NA ESTRUTURA DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

Presidente da Assembleia anuncia novos mecanismos para divulgar informações orçamentárias e financeiras

O Portal Transparência da Assembleia Legislativa apresentará, a partir do dia 2 de abril, dados mais detalhados dos gastos com atividades parlamentares e viagens de deputados e servidores. A informação foi dada pelo presidente da Casa, deputado Gelson Merisio (DEM), durante entrevista coletiva à imprensa no dia 29. Na coletiva, o presidente também falou sobre a profissionalização da estrutura para preparar missões parlamentares ao Exterior, em especial à Ásia, e para melhor receber comitivas estrangeiras.

O Portal Transparência, criado em maio de 2010, disponibiliza no endereço eletrônico da Assembleia, www.alesc.sc.gov.br, informações orçamentárias e financeiras. "A partir de abril, haverá um maior detalhamento, com o lançamento das despesas individualizadas por gabinete parlamentar", informou o presidente. Com essa iniciativa, Merisio pretende garantir maior transparência e facilitar o acesso da sociedade às informações.

Outra mudança anunciada pelo presidente foi a reestruturação do Departamento de Relações Institucionais, que ganhará status de Diretoria e contará com uma coordenadoria para organizar as missões internacionais. Essas medidas vão profissionalizar as viagens, conforme Merisio, possibilitando que tenham roteiros bem definidos, objetivos claros e que assegurem resultados. Também é preocupação do presidente melhorar a recepção das comitivas



Em entrevista coletiva à imprensa, deputado Gelson Merisio informa que a partir de abril catarinenses terão acesso às despesas individualizadas por gabinete

estrangeiras no Parlamento catarinense, de modo a valorizar a imagem de Santa Catarina.

Após a viagem que fez à China no início de março, acompanhado dos deputados Jailson Lima (PT) e Kennedy Nunes (PP), Merisio está convicto de que Santa Catarina deve protagonizar uma relação efetiva com o continente asiático, em especial com a China, "principal

locomotiva" da economia mundial. "É papel do Parlamento, além de fazer leis, promover novas oportunidades para o desenvolvimento do estado", afirmou. Pelo menos três missões anuais ao país devem ser realizadas pelo Legislativo, conforme anunciou o presidente. Nessas comitivas será assegurada a participação de três ou quatro parlamentares, de empresários e de representantes da imprensa.

INVESTIMENTOS

Em abril, o Parlamento receberá uma missão da província chinesa de Henan, com a qual já foi firmado um protocolo de intenções para investimentos de R\$ 3,9 bilhões em energia limpa em Santa Catarina. Conforme Merisio, o grande interesse dos chineses é investir em infraestrutura no Brasil para garantir a exportação

de alimentos, já que a China é um grande mercado consumidor. "Santa Catarina pode ser a porta de entrada de investimentos e de saída para a exportação de alimentos."

O intercâmbio cultural e educacional é outro aspecto que pode ser estimulado com o estreitamento das relações entre os catarinenses e os chineses, na opinião do presidente Gelson Merisio.

CAPACITAÇÃO EM PREVENÇÃO AO BULLYING MOBILIZA EDUCADORES

Promotores de Justiça, professores, educadores, diretores de escolas e secretários municipais de Educação participaram dia 28 da Capacitação em Prevenção ao Bullying nas Escolas, no auditório do Ministério Público de Santa Catarina. O curso, com 10 horas aula de duração, foi ministrado pela psicóloga Juliana Schweidzon Machado Piovantti, representante da ONG americana KidPower Brasil. A organização é da Escola do Legislativo Deputado Lício Mauro da Silveira. O seminário também foi realizado dia 30, em Chapecó, no Centro de Cultura e Eventos Plínio Arlindo de Nês.

A Kid Power Brasil é um projeto da ONG KidPower Teenpower Fullpower International com sede na Califórnia, Estados Unidos, e presente em 10 países.

O projeto brasileiro é focado na prevenção de bullying e coordenado pela psicóloga Juliana desde 2004, sendo desenvolvido em todos os níveis, desde o planejamento escolar, passando pelo treinamento dos educadores, por dinâmicas com os estudantes e, por fim, com orientação aos pais e responsáveis. A meta, de acordo com a profissional, "é ensinar pessoas de todas as idades e habilidades a sentirem-se seguras, agir com responsabilidade e acreditar em si mesmas".

A explanação é complementada com a participação do ator Leon de Paula, mestre em Teatro, que imprime dinâmica à prática com dramatizações que instigam os participantes a pensarem de forma crítica sobre o bullying, conceito que surgiu na década de 80, na No-

ruêga, e chegou ao Brasil somente no final da década de 90. Atualmente, o Bullying é caracterizado como uma forma de violência física ou moral, praticada repetitivamente, causando sofrimento à vítima. Entre os exemplos de bullying estão empurrar, beliscar, bater, colocar apelidos, denegrir, insultar, excluir, espalhar fofocas, e até mesmo usar os meios de comunicação, como internet e celular para ferir alguém emocionalmente.

A Assembleia Legislativa de Santa Catarina foi uma das precursoras do combate ao bullying no Brasil com a elaboração do Projeto de Lei 447/2007, de autoria do deputado e professor Joares Ponticelli (PP), transformado na Lei 14.651/2009, que autoriza o Poder Executivo a combater a prática nas

escolas da rede pública. Na condição de presidente da Escola do Legislativo Deputado Lício Mauro da Silveira, o parlamentar também

incentivou a realização de campanhas de combate ao bullying em parceria com o Ministério Público de Santa Catarina.



Psicóloga Juliana é representante de uma ONG norte-americana

AUDIÊNCIA PÚBLICA COBRA A CONCLUSÃO DA BR-101 SUL

Estudo realizado pela Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina prevê que obras em trecho da rodovia não serão concluídas antes de 2015

ALEXANDRE BACK

Promovida pela Comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano, presidida pelo deputado Valmir Comin (PP), foi realizada dia 28 audiência pública para discutir a morosidade nas obras de duplicação da BR-101, trecho sul. Reunindo parlamentares estaduais e federais, secretários de Estado, além de representantes da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), Ministério Público, entidades de classe e de organizações empresariais, o encontro tratou também da indefinição quanto ao projeto de duplicação da BR-470 e a construção do rodoanel da Grande Florianópolis.

Entre os encaminhamentos firmados, está a realização de uma nova reunião em Brasília, no dia 12 de abril, que incluirá o ministro dos Transportes. Ficou definida ainda uma audiência no Palácio Barriga Verde com representantes do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (Ibama/SC) para discutir as licenças ambientais para a realização do rodoanel.

Conforme estudo realizado a pedido da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (Fiesc), a as obras de duplicação da BR 101, já várias vezes postergadas, não estarão concluídas antes de 2015. "Verificamos várias coisas difíceis de aceitar. Se não forem tomadas providências imediatas, continuaremos com as vias estranguladas por muito tempo", disse o responsável



Alcantaro Corrêa: mudanças

pelo levantamento, o engenheiro civil Ricardo Saporiti. Ele acrescentou ainda que os atrasos estão diretamente relacionados com problemas de gestão e que a previsão para 2015 é otimista.

Sobre o contorno viário da Grande Florianópolis, o engenheiro afirmou que o projeto ficou pronto juntamente com o projeto do contorno de Curitiba, que já foi realizado, enquanto o catarinense ainda está longe de sair do papel. Mais que isso, teve o trajeto encurtado. Inicialmente previsto para

ter 47,33 km, foi remodelado para 33,9 km. "A Autopista Litoral Sul arrecada mais em território catarinense, onde possui quatro das suas cinco praças de pedágio. Não sabemos o motivo pelo qual o investimento foi feito somente no Paraná", questionou.

LEGISLATIVO E MISSÃO

O presidente da Fiesc, Alcantaro Corrêa, defendeu que, se persistirem os atrasos, os parlamentares catarinenses busquem, junto ao governo federal, a troca dos gestores do DNIT. "As empresas não cumprem o acordado e os responsáveis não cobram a execução". O dirigente cobrou comprometimento da classe política para que os prazos sejam cumpridos. "Essa casa vai ser a protagonista do sucesso ou do insucesso dessas obras, pois o apoio da sociedade já há".

O presidente do Legislativo catarinense, deputado Gelson Merisio (DEM), afirmou que o estado está na iminência de passar por um estrangulamento econômico, por falta de logística para o escoamento da sua produção, e que as soluções só serão encontradas através da mobilização das classe política e empresarial. "Precisamos dotar o estado das condições necessárias para que continue crescendo. A sociedade, às vezes, fica adormecida pela falta de mobilização de suas lideranças e este é o momento de despertar as autoridades", disse.



Com a presença de diversas autoridades, audiência tratou também da BR-470 e da construção de um anel viário na Grande Florianópolis

PARLAMENTARES COBRAM PUNIÇÃO A EMPRESAS RESPONSÁVEIS E TEMEM PREJUÍZOS ECONÔMICOS COM A DEMORA

Citando os trechos da BR-101 entre Tubarão-Laguna e Aranguá-Sombrio (lotas 26 e 29, respectivamente), o deputado Manoel Mota (PMDB) mostrou-se preocupado com a falta de punição às constantes protelações das empresas responsáveis pelas obras. "Estivemos tantas vezes em Brasília e, apesar da palavra empenhada, as coisas não acontecem. As empresas não cumprem os prazos e não são punidas".

Como representante da região sul do estado, o deputado José Nei Ascarri (DEM) ressaltou que o desenvolvimento da região depende de vários fatores, mas que também está atrelado diretamente à duplicação da via. "Este é um debate histórico para o desfecho dessa obra vital para o sul. O Parlamento não tem força para realizar, mas pode cobrar as iniciativas", disse.

Na mesma linha, a deputada Angela Albino (PCdoB) acrescentou ser tarefa dos parlamentares debruçarem-se sobre os gargalos existentes na infraestrutura de Santa Catarina,

como a realização do anel viário em torno da Grande Florianópolis, obra constante no contrato firmado entre a Autopista Litoral Sul e o governo federal. "Não há solução para a mobilidade urbana de Florianópolis que não inclua a construção dessa alça viária. O setor produtivo paga um preço alto pela não construção deste pequeno



Promovida pela Comissão de Transportes, audiência faz radiografia da situação

trecho, que é um dos maiores corredores da produção catarinense".

Outro grande entrave ao desenvolvimento do estado, citou o deputado Jean Kuhlmann (DEM), é a situação precária em que se encontra a BR-470, que somente em 2010 causou a morte de mais de 100 pessoas. "Não adianta o estado apresentar uma infraestrut-

tura portuária invejável se não há a contrapartida na melhoria das vias rodoviárias para poder escoar a produção". Santa Catarina, frisou ainda o parlamentar, vem sendo discriminada na distribuição das verbas federais, mas apenas em 14º lugar quando se trata de retorno em investimentos.

Futura titular da Secretaria Estadual de Justiça e Cidadania, a deputada Ada Faraco de Luca (PMDB) pôs em questão os índices utilizados pela concessionária da BR-101 no reajuste dos valores pagos nas praças de pedágio, que passou recentemente de R\$ 1,20 para R\$ 1,40. "Quero questionar a empresa. Qual a justificativa para um aumento desses?", disse.

PEDÁGIO

O deputado Moacir Sopelsa (PMDB) acrescentou ser insustentável a situação atual, em que a instalação de praças de pedágio se dá em rodovias ainda não concluídas.

"Se quisermos continuar como o 5º estado em produção de alimentos, precisamos melhorar nossa logística de transporte, que passa pela resolução desses problemas".

O senador Paulo Bauer (PSDB) manifestou sua estranheza pela interrupção dos projetos de duplicação da BR-280, obra cujo edital já havia sido lançado, mas que se encontra atualmente suspensa. "O edital foi lançado três dias antes da eleição presidencial, o que já é um deboche. Passaram-se já cinco meses e foi suspenso. Curiosamente, alegando revisão de considerações técnicas", falou.

Os deputados federais Jorginho Mello (PSDB) e Ronaldo Benedet (PMDB) conclamaram os parlamentares catarinenses a atuarem de forma organizada e em consonância com a bancada federal para que se consigam alcançar os objetivos mais rapidamente. "Todos nós estamos assustados com o trânsito na BR-101 e no entorno de Florianópolis, mas precisamos buscar uma política de

resultados", ressaltou Jorginho. "Devemos ter atitude, saber o que falta, o que precisa e cobrar para que essa obra saia", acrescentou Benedet.

Presidente do Fórum Parlamentar Catarinense, o deputado federal Edson Bez (PMDB) afirmou que as audiências públicas são um importante instrumento para que a classe política possa ouvir todos os segmentos da sociedade e, assim, preparar os melhores encaminhamentos. O parlamentar adiantou que a bancada catarinense terá uma reunião com o ministro dos transportes no próximo dia 12 de abril, em Brasília, que incluirá o ministro dos Transportes, representantes do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) e das empreiteiras responsáveis pelas obras. "Vamos receber o cronograma de obras do DNIT dividido por trechos. Vamos propor ao Executivo federal que trate as datas de conclusão como decisão de governo, para, em caso de descumprimento, irmos diretamente à presidente Dilma", disse.

CRÍTICAS

A ausência do DNIT foi destacada na tribuna:

"Não há justificativa para a falta de representantes do DNIT, o que me suscita dúvidas sobre a disposição do órgão em resolver os problemas" - Angela Albino.

"Lamentável que o órgão responsável perca uma oportunidade como esta para discorrer sobre as obras que a sociedade tanto clama" - Valdir Comin.

"Sem a presença do DNIT, infelizmente ficamos sem informações que trariam mais profundidade ao debate" - Jean Kuhlmann.

"O DNIT não comparece a evento nenhum porque tem medo de ser questionado, pois faltam-lhe informações" - Alcantaro Corrêa.

PROJETO QUE FAZ AJUSTES NA ESTRUTURA DO EXECUTIVO RECEBE 20 PROPOSTAS DE EMENDA

O Projeto de Lei Complementar nº 8/2011, de autoria governamental, que trata da reforma na estrutura do Executivo, recebeu 47 propostas de emenda, sendo 45 de origem parlamentar e duas de origem governamental, com destaque para a que anula a extinção das 22 gerências regionais da Fatma.

O prazo para apresentação das emendas terminou dia 29. Na reunião ordinária da Comissão de Constituição e Justiça, o presidente da comissão deputado Romildo Titon (PMDB) explicou que o acatamento de modificações sugeridas pelos parlamentares mostra a relação sensível e amistosa que o governo tem procurado manter com o Legislativo.

Um exemplo, acrescentou Titon, é a emenda que mantém as gerências regionais da Fatma, uma ideia defendida por parlamentares da oposição e também de governistas. "Santa Catarina foi pioneiro no Brasil em criar um código ambiental e essas gerências conferem agilidade na análise dos processos ambientais e concessões de licença. O governo também tem se mostrado disposto a encampar propostas que poderiam ser barradas por criarem despesas para o estado, caracterizando-se vício de origem".

As emendas modificativas, supressivas e aditivas estão sendo analisadas desde o dia 30, com previsão de entrega do relatório final da comissão para o próximo dia 5.

Na reunião, os deputados da comissão também aprovaram outras matérias. Entre as propostas,

está o PL 15/2011, de autoria do deputado Jean Kuhlmann (DEM), que estabelece a presença obrigatória do corretor de seguros ou de seu representante legal em todos os estabelecimentos que comercializam seguros no estado. Antes de ir a Plenário, o projeto deve ser analisado ainda pelas comissões de Trabalho, Administração e Serviço Público e de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher.

De autoria do deputado Valdir Cobarchini (PMDB), o PL 11/11 inclui os Centros de Tradições Gaúchas entre as instituições de caráter privado que podem obter subvenções sociais do estado. O PL foi aprovado com emenda substitutiva global do deputado Dado Cherem (PSDB), garantindo que o benefício só seja concedido a instituições de caráter comprovadamente social e cultural. "As manifestações gaú-

chas fazem parte da história do estado e precisam ser preservadas. O projeto é muito bom e visa justamente preservar essas tradições", explicou. O projeto segue agora para votação em Plenário.

Foi aprovado ainda o PL 44/2011, que torna obrigatório aos estabelecimentos comerciais no estado em que haja consumo de bebidas disponibilizarem canudos plásticos higienizados e embalados individualmente. A proposta, de autoria do deputado Carlos Chiodini (PMDB), recebeu emenda modificativa de Dado Cherem, adequando as propostas às normas estabelecidas pelo poder Executivo e estabelecendo multas pecuniárias em caso de não cumprimento do estabelecido no projeto. A matéria segue agora para análise nas comissões de Saúde e de Economia, Ciência, Tecnologia, Minas e Energia.



Deputados Joares Ponticelli, Romildo Titon e Dado Cherem na reunião

POSTOS DENUNCIAM CONCORRÊNCIA DESLEAL

Presidentes de sindicatos dos revendedores de combustíveis em Santa Catarina denunciaram, dia 28, juntamente com o deputado Jorge Teixeira (DEM), sonegação de tributos e cobraram fiscalização do governo do Estado. Conforme os proprietários de postos, a concorrência predadora está fazendo cair a margem de arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), que já respondeu por 25% do total arrecadado no estado e hoje gira em torno de 20%.

Os dirigentes sindicais encaminharam dossiê à Secretaria de Estado da Fazenda, à Polícia Federal, à Polícia Civil e ao Ministério Público no qual apontam os nomes dos estabelecimentos e dos proprietários que revendem combustíveis abaixo do valor de compra. A compra direta de etanol das usinas produtoras, utilizando distribuidoras chamadas de "barriga de aluguel", e a adulteração

da quantidade de água existente no etanol são as formas utilizadas por esses postos para baixar o preço final na bomba. "Enquanto a gasolina e o diesel são comercializados apenas pela Petrobras, o etanol é vendido por diversas usinas. Alguns proprietários compram diretamente das usinas. O produto nem chega às distribuidoras, vai direto para os postos, mediante trocas de notas", explicou Luiz Ângelo Sombrio, presidente do Sindicato dos Revendedores Varejistas de Combustíveis da Grande Florianópolis.

Os sindicatos estimam que cerca de 5% de um universo de 2 mil postos praticam essas fraudes em Santa Catarina. "Todo consumidor quer comprar mercadoria mais barata. O que o consumidor não sabe é como esses postos conseguem fazer esse preço", diz o presidente do Sindicato do Comércio de etanol das usinas produtoras, utilizando distribuidoras chamadas de "barriga de aluguel", e a adulteração

de revendedores que atuam na legalidade varia de 15% a 18%, os sonegadores e adulteradores de combustíveis atingem margens de até 50%, uma concorrência predatória que desestimula e revolta os empresários.

"O desabafo dos representantes de postos que estão organizados e pagam corretamente seus impostos sensibilizou a mim e ao deputado federal Onofre Agostini (DEM)", disse o deputado Jorge Teixeira. Ele intermediou reunião dos sindicatos com a Secretaria de Estado da Fazenda, que recebeu as reivindicações de melhoria da estrutura de fiscalização para coibir a concorrência desleal no setor.

O aumento da fiscalização em estados vizinhos tem tornado Santa Catarina ainda mais vulnerável à ação de quadrilhas, por isso os empresários também solicitaram à Secretaria de Estado de Segurança Pública a designação de um delegado para investigar as fraudes.

AÇÕES SOCIAIS SERÃO PREMIADAS COM CERTIFICADO E TROFÉU



RESPONSABILIDADE
SOCIAL
Certificação

Reconhecimento será feito anualmente a empresas privadas e entidades com fins não-econômicos

A primeira edição da Certificação de Responsabilidade Social e do Troféu Responsabilidade Social - Destaque SC foi lançada dia 30 no Plenário Deputado Osni Régis. As distinções, criadas pela Lei nº 12.918, serão concedidas anualmente a empresas privadas e a entidades com fins não-econômicos. A participação é aberta às organizações que tenham a responsabilidade social incluída em suas políticas de gestão, com ações que promovam o bem-estar da sociedade e a preservação ambiental. As inscrições abrem dia primeiro de abril pelo site oficial da Casa Legislativa – www.alesc.sc.gov.br/responsabilidadesocial

O presidente da Assembleia Legislativa, deputado Gelson Merisio (DEM), definiu o prêmio como um reconhecimento às empresas que têm preocupação com sua atuação social, além da sua função econômica. “Esse trabalho muitas vezes não tem o destaque devido. O objetivo é incentivar outras instituições a fazer o mesmo e prestar serviços à comunidade. Assim, o ganho econômico cresce simultaneamente à responsabilidade social, que será identificada por esta comenda oferecida pela Assembleia Legislativa”, explicou.

A iniciativa recebeu cumprimentos de Glauco José Côrte, primeiro vice-presidente da Federação das Indústrias de Santa Catarina (Fiesc), entidade parceira na iniciativa. O empresário afirmou que a Certificação vai incentivar a visão de futuro dos empresários e salientou que a responsabilidade social já é uma prática nas empresas catarinenses.

“Será uma chancela que deve avaliar a empresa diante do consumidor que está cada dia mais crítico e já valoriza mais as empresas que dão seu retorno à sociedade”, analisou. O deputado Volnei Morastoni (PT), que sancionou a Lei 12.918, de autoria do ex-deputado João Paulo Kleinubing (DEM), no ano de 2004, na condição de governador interino, disse que colocar o ser humano em primeiro lugar é um desafio permanente já que “nenhuma instituição, nenhuma empresa será 100%, enquanto seus colaboradores forem apenas 50%”.

Os critérios de avaliação foram explicados pela presidente da Comissão Mista formada em 2010, contadora Raquel Souto. Os concorrentes serão avaliados por intermédio de seus Balanços Sociais. Entre os itens considerados estão a participação dos empregados nos resultados econômicos, as possibilidades de desenvolvimento oferecidas, o nível de interação com a comunidade e o cuidado com o meio ambiente. Serão concedidas duas modalidades de reconhecimento: Certificado de Responsabilidade Social e Troféu Responsabilidade Social – Destaque SC.

O certificado será dado a empresas privadas de pequeno, médio e grande porte e entidades com fins não-econômicos que apresentarem, em seu balanço social, a pontuação mínima em relação aos indicadores. O troféu será oferecido às empresas privadas certificadas, de acordo com seu porte e segmento de atuação, que apresentarem o melhor nível de desempenho social, sendo classificadas segundo indicadores previstos.



Representantes de entidades parceiras da iniciativa acompanham solenidade de lançamento no Plenário Osni Régis

INSCRIÇÕES

Para habilitar-se à Certificação de Responsabilidade Social e concorrer ao Troféu Responsabilidade Social – Destaque SC, as empresas privadas e entidades com fins não-econômicos deverão inscrever seu Balanço Social de primeiro de abril a 30 de junho, exclusivamente pela internet, mediante o preenchimento eletrônico do formulário constante no site da Assembleia Legislativa – www.alesc.sc.gov.br, no link Responsabilidade Social.

PARCEIROS

O lançamento do Certificado e Troféu foi prestigiado por representantes de todas as entidades parceiras:

INSTITUIÇÃO

REPRESENTANTES

SEBRAE	Sérgio Fernandes Cardoso
FECOMÉRCIO	Marco Arzua
CONEDE	Laercio Ventura
OSF	Jorge de Oliveira Mussi
FAMPESC	Fábio Braga
FIESC	Glauco José Côrte
MP/SC	Luis Eduardo Couto de Oliveira Souto
CRC/SC	Sérgio Faraco

CRICIÚMA DEFENDE DESCENTRALIZAÇÃO NO ATENDIMENTO DE ALTA COMPLEXIDADE EM PEDIATRIA

A Assembleia Legislativa, por intermédio da Comissão de Saúde e atendendo requerimento do deputado Dado Cherem (PSDB), realizou dia 30, em Criciúma, uma audiência pública para debater a descentralização e alta complexidade em pediatria e a saúde na Região Sul. Segundo o autor proposta, a iniciativa visa preparar um diagnóstico sobre a realidade de cada unidade hospitalar no estado, e a possibilidade de implantar a descentralização com atendimento de qualidade.

Líderes políticos, representantes da área médica e sociedade civil debateram a redistribuição dos recursos financeiros e as obras de infraestrutura no Hospital

Materno Infantil Santa Catarina. Na condição de presidente da Comissão de Saúde, o deputado Volnei Morastoni (PT) conduziu a reunião, possibilitando um debate transparente sobre as deficiências

do setor. “Queremos participar ativamente deste levantamento e de forma humanizada junto à sociedade e apresentar ao governo do Estado os pleitos apresentados aqui”. Membro da comissão e representante da

região no Parlamento, o deputado Valmir Comin (PP) acrescentou, dentro da proposta da descentralização, a situação dos adolescentes que, ao completarem 16 anos, ficam desassistidos. Segundo o parlamentar, não é viável que as crianças tenham que sair de Criciúma para fazer um tratamento oncológico em Florianópolis.

Entre os pronunciamentos, o prefeito de Lauro Muller, Hélio Luiz, solicitou que o Executivo passe a contribuir com os custos da saúde pública nos municípios, uma vez que as unidades hospitalares não conseguem atender todos os custos apenas com a verba própria. “Em nome dos prefeitos, solicitamos que o governo repasse os recursos estipu-

lados no valor de R\$ 3 milhões/ano, aprovado no orçamento do Estado”

Em nome do Hospital São José, a Irmã Cecília Martinelli acrescentou que a proposta da descentralização é fundamental, porém ressaltou que a ampliação de serviços requer mais recursos. “Teremos essas condições financeiras?”, questionou.

Presente no evento, o secretário de Saúde de Criciúma, Silvío Avila Júnior, apresentou uma radiografia do Hospital São José, administrador do Hospital Materno Infantil Santa Catarina,

Estiveram presentes na audiência os deputados Jorge Teixeira (DEM), Dóia Guglielmi (PSDB) e o prefeito de Criciúma, Clésio Salvaro (PSDB).



Comissão de Saúde, presidida por Morastoni (ao microfone), faz debate no Sul

MORTES DE JOSÉ ALENCAR E DE NEREU GUIDI REPERCUTEM

Deputados homenageiam ex-vice-presidente e ex-deputado

A morte de duas grandes figuras públicas no começo da tarde de do dia 29, o ex-vice-presidente da República José Alencar, 79 anos, em São Paulo, e o empresário e ex-deputado Nereu Guidi, aos 67 anos, em Criciúma, foram anunciadas quase ao mesmo tempo, no início da sessão ordinária. A dupla perda provocou manifestações de pesar dos parlamentares catarinenses que fizeram um minuto de silêncio no Plenário Deputado Osni Régis.

Após as homenagens, a deputada Ana Paula Lima (PT) abordou o tema segurança pública. Ela citou estatísticas que revelam um homicídio a cada oito horas e a carência de efetivo das polícias civil e militar.

“Atualmente temos um policial civil para cada 980 habitantes, na capital, e um para cada 4.600 habitantes em Blumenau. Na Polícia Militar a proporção é de um policial para cada 460 habitantes na Capital e um para 1090 habitantes em Blumenau”, citou.

Dando continuidade ao assunto, o deputado Ismael dos Santos (DEM), coordenador da Frente Parlamentar de Combate às Drogas, repercutiu a matéria divulgada em programa de rede de televisão neste domingo sobre a facilidade de aquisição de cocaína e crack nas estradas brasileiras, sem a adequada fiscalização da polícia.



FABIO QUEIROZ

Deputados fazem minuto de silêncio para lamentar falecimentos

EDUCAÇÃO

Problemas no pagamento dos salários dos professores da rede pública estadual no último mês foram apontados pela deputada petista Luciane Carminatti. Segundo ela, centenas ou até milhares de professores podem ter sido prejudicados por falha no sistema de informática da Secretaria de Estado da Educação. “É preciso fazer a revisão dos equívocos.”

Também do PT, os deputados Padre Pedro Baldissera e Dirceu Dresch comemoraram a inaugu-

ração dia 25 do Instituto Federal (IF) em São Miguel do Oeste. Com cerca de 6 mil metros quadrados, 12 salas de aula, 19 laboratórios, auditório, biblioteca, além de outras instalações exigidas pelo Ministério da Educação (MEC), o Instituto vai oferecer cursos técnicos e superiores para mais de mil alunos do Extremo Oeste. Dresch anunciou a reinstalação da Frente Parlamentar das Ferrovias que acontece dia 31 na Sala de Imprensa.

FRENTE DE APOIO AO COMÉRCIO VAREJISTA TEM NOVA PRESIDÊNCIA

A primeira reunião da Frente Parlamentar de Apoio ao Comércio Varejista deste ano foi marcada pela posse do deputado Darci de Matos (DEM) como presidente, no lugar do deputado Edison Andrino (PMDB). Em um ano de atividades, o grupo de trabalho desenvolveu inúmeras ações em parceria com o Parlamento. Para o novo presidente, a frente desenvolve relevantes atividades em prol do comércio catarinense. “Vamos continuar atuando tanto na área da economia quanto no social. A substituição tributária, sem dúvida, foi uma das grandes conquistas da frente”, lembrou.

Durante o encontro, a Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas de Santa Catarina (FCDL/SC) apresentou uma pauta com



Darci de Matos: novo comando

alguns projetos de lei que estão em tramitação no Legislativo. Segundo o presidente da FCDL, Sérgio Alexandre Medeiros, a intenção é debater as matérias durante as reuniões da frente. Estiveram presentes os deputados Andrino, Silvio Dreveck (PP), Joares Ponticelli (PP), José Nei Ascari (DEM) e Ismael dos Santos (DEM).

LOJISTAS FAZEM BALANÇO

Em visita a Assembleia Legislativa, no dia 29, o presidente da Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas de Santa Catarina (FCDL/SC), Sérgio Alexandre Medeiros, apresentou em Plenário relatório de trabalhos na gestão 2008-2010. Medeiros ressaltou que a instituição vem mobilizando e articulando o movimento lojista em defesa dos seus interesses.

Entre as ações, destaque para a criação da Frente Parlamentar de Apoio ao Comércio Varejista, em março de 2010, que possibilitou maior atuação na área parlamentar. “Passamos a interferir positivamente em diversos projetos que tramitam na Assembleia ligados ao varejo. Além da frente, temos investido em treinamento, capacitação, assessoria e apoio às Câmaras de Dirigentes Lojistas (CDLs)”, frisou.

NA TRIBUNA

FUMICULTURA

Presidente da Comissão Permanente de Agricultura e Política Rural, deputado Aldo Schneider (PMDB), elogiou, dia 29, a atuação da Assembleia Legislativa diante do impasse estabelecido com a publicação das consultas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) que preveem restrições ao fumo. O tema foi apreciado pela Comissão dia 23 de fevereiro e no dia 14 de março foi realizada audiência

pública, no Palácio Barriga Verde, com a presença de cerca de 600 fumicultores.



Aldo Schneider: elogio

INFRAESTRUTURA

A mobilidade urbana foi o tema dos deputados Marcos Vieira (PSDB), Angela Albino (PCdoB) e Edison Andrino (PMDB), todos representantes da Grande Florianópolis. Vieira propôs uma mobilização dos parlamentares com a formação do Fórum para Acompanhamento das Obras da Construção do Novo Aeroporto Internacional de Florianópolis.

Angela, por sua vez, ampliou a proposta pedindo a reedição da Frente Parlamentar em Defesa da Grande Florianópolis para deliberar sobre o “grande drama da mobilidade urbana”. Andrino afirmou que o caos nas rodovias federais e estaduais são temas recorrentes de seus pronunciamentos.



Angela: Frente Parlamentar



Marcos Vieira: novo aeroporto

PREJUÍZOS NO SUL

O deputado José Milton Scheffer (PP) afirmou que a péssima situação das estradas federais, a oferta insuficiente de energia elétrica, e a demora nas obras do Porto de Imbituba e do aeroporto de Jaguaruna estão impedindo o desenvolvimento econômico do sul do Estado, que amarga a falta de novos investimentos.



Scheffer: isolamento

SAÚDE

A intenção do Estado de passar a administração de hospitais estaduais para organizações sociais foi criticada pelo deputado Volnei Morastoni (PT). “É uma forma de privatização da saúde. O Estado se declara incompetente para administrar a saúde. Estamos apenas postergando o problema”, definiu o parlamentar.



Morastoni: privatização

CERTIFICAÇÃO E TROFÉU RESPONSABILIDADE SOCIAL

RECONHECIMENTO ÀS EMPRESAS E INSTITUIÇÕES QUE DÃO VIDA AO SEU PAPEL SOCIAL



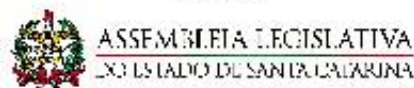
Inscriva o balanço social da sua empresa privada ou entidade com fins não-econômicos. São duas modalidades de reconhecimento:

Certificação de Responsabilidade Social e Troféu Responsabilidade Social - Destaque SC.

Mais informações pelo telefone (46) 3221-2919 ou pelas endereços de e-mail rsocial@alesc.sc.gov.br e comissarsocial@gmail.com

Inscrições: www.alesc.sc.gov.br/responsabilidadesocial até o dia 30 de junho de 2011.

Realização:



Parceiros

